



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

1786

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0328146-5

APELANTE: PRADO & PRADO LTDA. e MARIA DE FÁTIMA GURGEL PRADO

Advogado: Rodrigo Cahu Beltrão (OAB/PE 22.913) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III. SCA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

APELADO: Fernanda Irene Savaris (OAB/PE 56.729) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO: 04 DE JUNHO DE 2014

EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA NO INSTRUMENTAL. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. POSSIBILIDADE. APURAÇÃO DE VALORES. INVESTIMENTO. FUNDO DE COMÉRCIO. RENDA LÍQUIDA MENSAL. PERÍCIA CONTÁBIL-FINANCEIRA.

1. Inexiste ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e do juiz natural quando o Relator profere da decisão terminativa nos autos de agravo de instrumento manifestamente improcedente, por ter atuado em estrita observância aos ditames legais previstos no Art. 557, *caput*, do CPC, o qual alarga os poderes do julgador, como tentativa legítima de combater a morosidade da justiça, e acaba por conferir maior dinamismo ao processo, autorizando-o, na condição de porta-voz avançado do colegiado, e antevendo o que este último decidiria, a proferir decisão monocrática de mérito, sem que implique na violação aos mencionados princípios.

2. Em sendo a perícia imprescindível para apurar: a) o investimento realizado em loja comercial; b) fundo de comércio; e, c) o levantamento dos valores auferidos como renda líquida mensal durante a vigência do contrato, esta deve ser realizada por profissional graduado em contabilidade, não havendo, portanto, necessidade de substituição da perícia contábil-financeira pela econômico-financeira.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

3. *In casu*, inobstante a parte agravante tenha suscitado a abordagem, na perícia, de questões complexas relativas ao mercado de distribuição de móveis planejados, não demonstrou que a complexidade implica na substituição do perito. Ademais, ambas as partes litigantes podem indicar assistentes técnicos para acompanharem o andamento da perícia, situação que possibilita uma maior fiscalização do trabalho dos peritos.

4. Recurso de agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0328146-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 16 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0328146-5

AGRAVANTE: PRADO & PRADO LTDA. e MARIA DE FÁTIMA GRUGEL PRADO

ADVOGADO: Rodrigo Cahu Beltrão (OAB/PE 22.913) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: SCA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

ADVOGADO: Fernanda Irene Savaris (OAB/RS 56.729) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

PRADO & PRADO LTDA. e MARIA DE FÁTIMA GURGEL PRADO, através de advogado legalmente constituído, interpõe, com fundamento no Art. 557, §1º do Código de Processo Civil, RECURSO DE AGRAVO em face da decisão terminativa (fls. 1713/1714), em que neguei provimento ao agravo de instrumento, para manter o *decisum* proferido pelo juízo de piso, que determinou a realização de perícia contábil financeira nos autos da Ação Ordinária de Arbitramento de Prazo de Vigência de Contrato de Distribuição, NPU 0076944-17.2011.8.17.0001.

Nas razões de fls. 1722/1737, a parte recorrente defende que este Relator equivocou-se ao aplicar, à espécie, o Art. 557 do CPC, eis que deveria obedecer as regras gerais do Art. 555 CPC, sob pena de violação aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e do juiz natural, que se sobrepõem aos princípios da economia processual e da razoável duração do processo.

Acrescenta, ainda, que este Relator avocou a competência do Colegiado e que o *decisum* agravado padece do requisito de legalidade, não sendo suficiente para constituir a excepcionalidade do Art. 557 do CPC, malferindo de morte o “princípio constitucional da colegialidade das decisões definitivas”.

Sustenta que “(...) o trabalho pericial necessário não se trata de mera confecção de relatório contábil, em que bastaria a simples consulta de dados já acontecidos, alterados ao confronto de fórmulas genéricas para atingir conclusões de ordem contábil-financeira”. (fl. 1734)

Em sequência, afirma que “a realização de projeções com apoio de tendências do mercado de distribuição de móveis planejados envolve matéria que, de forma evidente, não compete à atribuição de natureza contábil-financeira, e sim, estritamente de cunho econômico-financeiro”. (fl. 1734)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Por fim, requer que o presente recurso seja conhecido e provido, com a determinação da realização de perícia economico-financeira, por perito judicial com formação em economia.

É o relatório.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 04 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

1782
(

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0328146-5

AGRAVANTE: PRADO & PRADO LTDA. e MARIA DE FÁTIMA GRUGEL PRADO

ADVOGADO: Rodrigo Cahu Beltrão (OAB/PE 22.913) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: SCA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

ADVOGADO: Fernanda Irene Savaris (OAB/RS 56.729) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Da leitura das razões do presente recurso de agravo, observo que a parte recorrente, embora defenda a necessidade de reforma da decisão terminativa, a meu ver, não traz à baila nenhuma fundamentação nova capaz de combater o *decisum* lançado quando do julgamento do agravo de instrumento, razão pela qual entendo ser o caso de manter *in totum* a decisão ora impugnada, proferida nos seguintes termos:

“(…)Inicialmente, como bem consignei no relatório, a parte agravante defende a necessidade de substituição da perícia contábil-financeira pela perícia econômico-financeira, sob a alegação de que o contador não possui conhecimentos técnicos específicos para desenvolver o trabalho pericial nos autos do feito originário, sendo apenas o graduado em economia que detêm tal competência.

In casu, da leitura da decisão agravada, percebe-se que a realização da perícia é imprescindível para apurar: a) o investimento feito pela autora, ora agravante, na loja comercial; b) o fundo de comércio e, c) o levantamento dos valores auferidos como renda líquida mensal durante a vigência do contrato.

Ora, não precisa maiores conhecimentos técnicos na área para saber que, para a apuração supra, basta apenas a realização de cálculos, os quais podem ser efetivados por pessoas graduadas em contabilidade.

Para melhor elucidação da questão, importante trazer à baila, a título exemplificativo, o aresto abaixo colacionado, que cristalinamente demonstra que a apuração do fundo de comércio – um dos objetivos da realização da prova pericial no presente feito – deve ser realizada por perito contábil. Senão vejamos:

Ementa: "Desapropriação. Locação. Fundo de comércio. Apuração do valor. Perícia negativa. Impugnação inepta. 1. A apuração do valor do fundo de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

comércio deve ser feita por prova pericial contábil. 2. O laudo pericial deve ser impugnado pela via escrita, com a formulação de quesitos de esclarecimento para resposta em audiência, bem como parecer técnico de assistente técnico. 3. Ocorre preclusão dessa faculdade se não obedecido o disposto no art. 435 do CPC, como no caso presente. Agravo improvido." (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0169342-63.2010.8.26.0000, 3ª Câmara de Direito Público, Relator: Des. Laerte Sampaio, Julgado em 05/10/2010)

Não vislumbro, pois, nenhum indício da necessidade de substituição da perícia contábil-financeira, determinada pelo magistrado de piso, pela perícia econômico-financeira.

Ademais, acrescento que, inobstante a parte agravante tenha suscitado a abordagem, na perícia, de questões complexas relativas ao mercado de distribuição de móveis planejados (v.g. projeções de vendas, mensuração da capacidade de retorno dos investimentos realizados, *playback*, taxa de retorno de investimento e valor presente líquido do fluxo de caixa da distribuidora, dentre outros), não demonstrou que a complexidade citada implica na substituição do perito.

É de se esclarecer, ainda, que a complexidade por si só não é requisito para que o laudo pericial seja realizado por economista, inclusive porque não se trata de uma demanda simples, mas de cunho estritamente delicado.

Por outro lado, registro que, ambas as partes litigantes podem indicar assistentes técnicos para acompanharem o andamento da perícia, os quais funcionam como "assessor da parte que o indica, não tendo que apresentar laudo, mas apenas oferecer seu parecer sobre o laudo apresentado pelo perito judicial"¹, o que possibilita uma maior fiscalização da perícia. (...)"

Por fim, cuido ser o caso de destacar que este Relator, quando da prolação da decisão terminativa recorrida, atuou em estrita observância aos ditames legais previstos no Art. 557, *caput*, do CPC, não havendo, portanto, o que se falar em ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e do juiz natural.

Isso porque, o mencionado dispositivo legal alarga os poderes do relator, como tentativa legítima de combater a morosidade da justiça, e acaba por conferir maior dinamismo ao processo, autorizando o relator, na condição de porta-voz avançado do colegiado, e antevendo o que este último decidiria, a proferir decisão monocrática de mérito, sem que implique na violação aos princípios acima destacados.

¹ TJMG, Apelação Cível 2.0000.00.352557-3/000, Relator(a): Des.(a) Valdez Leite Machado, julgamento em 16/05/2002, publicação da súmula em 08/06/2002.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


1783
1

Ademais, ainda que esta não fosse a hipótese, o objetivo da parte recorrente – obter um pronunciamento colegiado para a questão trazida aos autos – estaria sendo atendido agora, com o julgamento do recurso de agravo, não havendo motivos para modificação do *decisum* impugnado.

Diante de todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de agravo e, por corolário lógico, **mantenho, na íntegra, a decisão agravada**, através da qual foi negado provimento ao agravo de instrumento, com supedâneo no Art. 557, *caput*, do CPC.

É como voto.

Recife, 04 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator